

# Educação ambiental e o movimento ambientalista: marcos históricos no Brasil

*Marcos Vinicius Campelo Junior*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil  
campelogeografia@gmail.com

*Suzete Rosana de Castro Wiziack*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil  
suzetew@gmail.com

---

**Resumo:** O trabalho de pesquisa traz reflexões sobre o movimento ambientalista brasileiro e a Educação Ambiental, por meio da trajetória histórica que delineou o campo da Educação Ambiental no Brasil até os dias atuais. Desse modo, é evidenciado em todo desenrolar da história mundial do ambientalismo que os ativistas ambientais vêm travando lutas incessantes que são resultados de uma crise causada pelo sistema capitalista. Portanto, é a partir da década de 1970 que a Educação Ambiental é conceituada e passa a fazer parte de propostas de governos em diversos países, sobretudo no Brasil, com a instituição de legislações e programas específicos. Porém, nos anos de governos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o país passou por grandes retrocessos políticos que atingiram de forma veemente as questões socioambientais.

**Palavras-chave:** Ambientalismo. Meio Ambiente. Educação.

---

## Considerações Iniciais: o debate ambiental e o início do movimento ambientalista

O texto<sup>1</sup> apresenta reflexões sobre o movimento ambientalista brasileiro e a Educação Ambiental, por meio da trajetória histórica que delineou o campo da Educação Ambiental no Brasil. Marcada pela luta dos educadores ambientais em busca de uma política pública democrática, participativa, na qual o atributo ambiental demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (BRASIL, 1988).

---

<sup>1</sup> Este texto traz dados da tese A Educação Ambiental na Construção de Espaços Educadores Sustentáveis: viabilidade, desafios e gestão em unidade de conservação, defendida em 2021, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

A intenção é a de revisitar o período histórico do desenvolvimento da Educação Ambiental, tanto no contexto mundial, como no contexto nacional, que explicita movimentos mundial e nacional impulsionados por uma crise na sociedade, marcada pela degradação da natureza, ameaças e riscos socioambientais locais e globais.

Segundo Enrique Leff (2006), essa crise expressa estratégias conflitantes do capitalismo, cujos pontos de rupturas permitem questionar a racionalidade que domina o ocidente e, ainda, instiga a proposição de novas formas de organização social que possam incorporar as condições termodinâmicas e ecológicas da produção para o alcance dos propósitos de um desenvolvimento sustentável, diversificado e equitativo. Para o autor, diante de sociedades segmentadas, desiguais submetidas à globalização econômica, os movimentos sociais, em especial, o movimento ambientalista aponta caminhos para novos pensamentos e novas formas de agir.

Signatário desse propósito, o movimento ambientalista teve início na metade do século XX, mas é relatada a existência de instituições e pequenos movimentos sociais envolvidos com a causa ambiental em momentos anteriores à década de 50; nada obstante, nesse trabalho considera-se, principalmente, a década de 70 como marco inicial do movimento ecológico (CARVALHO, 2001). Nesta década ocorreram diversas ações e encontros internacionais impulsionados pelas ações sociais.

Um fato marcante e trágico para a humanidade apontado por Reigota (2007), que está entre os que desencadeou o interesse por assuntos ambientais e sociais no planeta ocorreu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e refere-se aos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki.

Um dos episódios mais bárbaros do século é registrado pelas lentes do exército norte-americano. Uma coluna maciça de fogo e fumaça desenha no ar um imenso cogumelo. Um bombardeiro B-29 norte-americano joga a bomba atômica sobre a cidade de Nagasaki, no Japão, matando mais de 70 mil pessoas. É dia 9 de agosto de 1945. Três dias antes, os EUA lançaram o primeiro artefato do gênero em Hiroshima, onde tinham sido registradas outras 60 mil mortes. O poder destrutivo da nova arma encerra a guerra no Pacífico e, ao mesmo tempo, desencadeia um novo tipo de temor internacional. Nas décadas seguintes, as duas maiores potências nucleares, EUA e URSS, usam a ameaça de seus arsenais para dividir o poder político no planeta, um tenso equilíbrio de forças que fica conhecido como Guerra Fria (REIGOTA, 2007, p. 130-131).

Nesse período do pós-guerra, mais precisamente na década de 1960, vários movimentos entre os jovens, que ficaram conhecidos como *Contracultura*, que teve sua orientação ideária na “filosofia existencialista” de Jean Paul Sartre, ainda na década de 1940. A Contracultura motivou vários debates sobre os modos de viver em sociedade (PEREIRA, 1986).

Os movimentos mobilizaram-se para uma contestação ao modelo vigente e dominador instituído pela cultura ocidental, que tinha como mote o conservadorismo, o consumismo, o anticomunismo e o otimismo do pós-guerra dos EUA. Nesse contexto, grupos de jovens como o *Beat Generation* (Geração Beat) e o que conduziu o movimento *hippie* (ou movimento “paz e amor”) contrapunham os valores culturais considerados importantes pela sociedade como o trabalho, o patriotismo e o nacionalismo, a ascensão social e até mesmo a “estética padrão” (PEREIRA, 1986). Os hippies diziam não à Guerra do Vietnã e às armas nucleares. Esses grupos puderam contribuir com um discurso crítico que envolveria o debate sobre as questões ambientais e o comportamento humano com o ambiente, a partir de uma nova relação com a natureza e com o próprio corpo.

Além disso, ainda na década de 1960, o modelo de desenvolvimento econômico dos países, naquele momento, que era considerado de primeiro mundo, erigia diversos problemas ambientais a níveis elevados, como a poluição atmosférica, a perda de fertilidade dos solos, envenenamento e assoreamento de rios pelos agrotóxicos, enchentes e perda rápida da biodiversidade. Tal modelo também se tornava intento dos países com menor poder financeiro.

Diante desse cenário mundial que foi lançado, em 1962, o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, obra que contribuiu significativamente para subsídios ao movimento ambientalista. O Clube de Roma<sup>2</sup>, fundado em 1968, também trouxe grandes contribuições para as causas ambientalistas por meio dos dados sobre a degradação ambiental que se apresentava no Planeta Terra. Em decorrência disso, em seguida, o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) é empregado no movimento ambientalista internacional. Indica-se que o termo tendo sido utilizado pela primeira vez, oficialmente, na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965 (REIGOTA, 2007)

Em 1968 é lançado o programa Homem e Biosfera na Conferência da Biosfera, e, concomitantemente, são lançadas 20 importantes recomendações. Dentre elas, as recomendações 9 e 13 que defendiam a necessidade de novos olhares para a Educação

---

<sup>2</sup> Clube de Roma foi um grupo de pessoas que se reuniam para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, à economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurélio Peccei, industrial e acadêmico italiano, e Alexander King, cientista escocês. Tornou-se um grupo muito conhecido em 1972 devido à publicação do relatório elaborado por uma equipe do MIT contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Meadows, intitulado *Os Limites do Crescimento*, que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história. O referido Relatório tratava essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional, dentre outros.

Ambiental. A Conferência da Biosfera é considerada marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável, termo cunhado oficialmente cerca de duas décadas depois (UNESCO, 1993). Logo em seguida, em 1969, o biólogo alemão Ernst Haeckel criava a terminologia “ecologia”, discorrendo sobre a relação entre os seres vivos e o meio em que vivem, o que coincidiu com o período de maiores devastações florestais da história dos Estados Unidos (TALAMONI *et al.*, 2018).

### **A Trajetória da Consolidação da Educação Ambiental como Proposta de Governos**

Um marco internacional para a Educação Ambiental foi o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, realizado na antiga Iugoslávia em 1975. Neste evento, progrediram algumas discussões advindas da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano de 1972, na qual foi acordada a inserção da discussão acerca do ambiente na educação, pela Recomendação 96 e pelo Princípio 19:

Princípio 19: É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (ONU, 1972, p. 5).

Tratando o assunto no âmbito da América do Sul, em 1976, o *Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria*, realizado no Peru, embora pouco conhecido do público brasileiro, foi considerado o evento regional com uma das abordagens mais completas e complexas em Educação Ambiental naquele momento histórico, que enfatizou a necessidade da transformação das sociedades e a associação entre o social e o natural. Na ocasião, apresentou-se a necessidade de aportes metodológicos para uma Educação Ambiental participativa, interdisciplinar e regimentada na realidade cotidiana (UNESCO, 1976, p. 10):

A ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tende à consciência de sua realidade global, o tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, os problemas derivados dessas relações e suas causas profundas. Desenvolve-se por meio de uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem comportamentos que visam transformar essa realidade, tanto em seus

aspectos naturais quanto sociais, desenvolvendo no educando as habilidades necessárias para tal transformação.

Em 1977, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi ocorrida no território da hoje extinta União Soviética tornou-se o marco principal das discussões mundiais a respeito da Educação Ambiental e do desenvolvimento social. No evento foram produzidos pressupostos à Educação Ambiental que ainda norteiam as políticas públicas, programas governamentais ou não governamentais e projetos em diferentes países.

Durante a conferência de Tbilisi, várias questões metodológicas inerentes aos processos educativos da Educação Ambiental foram debatidas como necessários ao desenvolvimento de uma educação que deve ser coerente com o desenvolvimento social. No documento do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) são listadas algumas:

- ✓ Estudar os planos de desenvolvimento social com vistas à sustentabilidade;
- ✓ Considerar a totalidade dos aspectos ambientais (o que implica o relacionamento entre as diferentes disciplinas científicas para um conhecimento integrado que resolva esses problemas);
- ✓ Entender a educação como processo permanente, com caráter “formal” e “informal”, utilizando-se de diferentes meios;
- ✓ Buscar o uso das experiências das pessoas no local para a efetivação de alternativas solidárias (tendo apreendido, no entanto, embora provisoriamente, as relações entre o local, o nacional e o mundial, enfatizando-se a complexidade dos problemas e soluções);
- ✓ Aplicar uma abordagem interdisciplinar, reconhecendo a especificidade de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada (IBASE, p. 08, 2006).

Em continuidade, vários outros eventos com a temática da Educação Ambiental foram acontecendo pelo mundo, trazendo discussões sobre questões teórico-metodológicas inerentes aos estudos e as práticas da Educação Ambiental relacionadas ao desenvolvimento social.

O quadro que segue mostra alguns dos eventos de grande expressão em nível mundial (Quadro 1).

**Quadro 1.** Eventos de Educação Ambiental

ANO	EVENTOS	LOCAL
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente	Estocolmo – Suécia
1975	Encontro Internacional em Educação Ambiental (Encontro de Belgrado)	Belgrado – Iugoslávia
1977	I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental	Tbilisi – Geórgia
1987	Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente	Moscou – URSS
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos	Jomtien – Tailândia

1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92	Rio de Janeiro – Brasil
1994	I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Guadalajara, México
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade	Thessaloníki, Grécia
1997	I Conferência Nacional de Educação Ambiental	Brasília – Brasil
1997	IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais	Vitória – Brasil
1997	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)	Estocolmo - Suécia
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 10	Johannesburgo - África do Sul
2004	V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Goiânia – Brasil
2006	V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Joinville - Brasil
2007	I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza	Santiago de Compostela – Espanha
2009	V Congresso Internacional de Educação Ambiental	Montreal - Canadá
2009	VI Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Buenos Aires – Argentina
2012	Rio +20	Rio de Janeiro – Brasil
2013	7º Congresso Mundial de Educação Ambiental	Marrakech – Marrocos
2015	IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	Torreira, Murtosa – Portugal
2017	IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Balneário Camboriú – Brasil

Fonte: RAMOS, 1996

Além dos supracitados, outros eventos ambientais importantes (fóruns, congressos, encontros, conferências) com temas mais abrangentes levaram ao debate o tema da Educação Ambiental como eixo para discussões variadas. Estes puderam contribuir com a reflexão de que a educação deve caminhar junto a outras questões a ela relacionáveis, de forma contextualizada para contemplar a complexidade ambiental, ou seja, no seu envolvimento com as questões sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, ecológicas e os problemas ambientais (LOUREIRO, 2012).

Um aspecto que marcou a década de 1970 foi a crise do petróleo, o que comprometeu a economia mundial. Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram que enfrentar o embargo de alguns países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), uma vez que a maioria dos membros dessa organização é de origem árabe do oriente médio e os Estados Unidos apoiavam o Estado de Israel.

Em contraponto ao *Keynesianismo*, que estabelecia o Estado como o agente indispensável para o controle da economia, além do dever de garantir as condições de vida digna à população como o salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, a

assistência médica, entre outros (BIANCHETTI, 2005), os Estados Unidos, governados pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) e a Inglaterra, governada pela primeira ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990), lançam programas sociais e econômicos alicerçados por teses neoliberais com privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e o corte de despesas governamentais, reforçando assim o papel do setor privado. Entrementes, o “Estado de bem-estar social”, como ficou conhecido o *Keynesianismo*, é substituído pelas diretrizes da doutrina neoliberal.

Bianchetti (2005, p. 21) afirma que esse “movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos, cuja proposta econômica significa o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo” é apontado como a única alternativa de superação da crise pela qual passam essas sociedades.

Entende-se que é nesse entrelace histórico que se estabelece uma crise de ordem econômica, política, social e ambiental, visto que envolveu um dos serviços ambientais mais importantes para a humanidade em um contexto político que colocou em cheque direitos sociais em ordem global, produzindo efeitos mais acentuados às classes sociais menos favorecidas de vários países subdesenvolvidos, o que em alguns momentos criou estado de guerra, como o da incursão militar dos EUA no Iraque (2003-2011), que teve como pretexto do país americano, a luta contra o terrorismo (BIANCHETTI, 2005).

Diante de todo esse contexto histórico, em que o capital traz graves celeumas à humanidade e à Natureza, é que se vê instalada uma crise civilizatória globalizada que continua em pleno século XXI, sendo a Educação Ambiental apontada como preponderante no enfrentamento dos problemas de desordem ambiental e social. Sobretudo com a tarefa de desvelar a própria situação caótica da civilização e de produzir uma ética ambiental para o empoderamento do cidadão.

Nessa condição, a Educação Ambiental assume o desafio da reflexão sobre novas ações na relação entre a sociedade e a Natureza, conforme aponta Reigota (2010, p. 61) ao afirmar que a Educação Ambiental assume “o desafio de mudar as ideias de modelo de desenvolvimento econômico, baseado na acumulação econômica, no autoritarismo político, no saque aos serviços naturais, no desprezo às culturas de grupos minoritários e aos direitos fundamentais do homem”.

## O movimento da Educação Ambiental no contexto histórico do Brasil

Segundo Carvalho (2001), pode-se encontrar no Brasil, desde a década de 1950, do século XX militantes das causas conservacionistas e as primeiras entidades de proteção da natureza. Todavia, no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, as questões ambientais eram ainda pouco discutidas pela sociedade de forma geral. Apesar disso, existiam intelectuais, grupos acadêmicos, professores e ativistas que se envolviam em questões de ordem política, questionando os impactos aos ambientes naturais por meio de passeatas e protestos (TRISTÃO; JACOBI, 2010).

E para descrever a história da Educação Ambiental no Brasil é necessário tecer considerações sobre a história da América Latina como um todo, já que é justamente na reflexão crítica da nossa história de colonização que encontramos as procedências da problemática ambiental do continente. Entende-se que o processo histórico de colonização por parte dos europeus na América tinha como objetivo a retirada de recursos naturais (metais preciosos, animais, madeira, especiarias, etc.) e mais tarde a escravização de seres humanos. Tal processo tornar-se-ia um comportamento comum dos próprios latino-americanos, porém com acomodações diante do capital internacional para os dias atuais. Trata-se de uma história marcada pela opressão, pelo sofrimento e pela degradação ambiental muito visível no cenário atual.

Ao observar o Brasil nesse contexto, pode-se identificar grandes problemas presentes na relação da sociedade brasileira com a natureza. Na história do país, pode-se observar: tráfico e escravidão humano; retirada de madeira, sendo inicialmente com interesse pelo pau-brasil; regime agrícola monocultor e latifundiário; caça e pesca indiscriminada. Esse processo colonizatório aliado à degradação ambiental e social deixou marcas que existem ainda hoje de forma arraigada em processos culturais do brasileiro.

E, evidentemente, a questão ambiental percebida na segunda metade do século XX e no século XXI interfere na política regional latino-americana, seja em questões internas dos países, seja nas relações internacionais dos blocos econômicos (Caricom, Mercosul, Pacto Andino, MCCA) com outros países. Portanto é necessário descrever a história da Educação Ambiental no Brasil tecendo considerações sobre a história da América Latina já que o processo histórico de colonização por parte dos europeus na América retirou de forma predatória recursos naturais (metais preciosos, animais, madeira, especiarias, etc.), além de produzir escravização de seres humanos.

Na década de 1950, em um cenário peculiar no Brasil, uma política desenvolvimentista, gestada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (“Crescer 50 anos em 5 anos”), iniciava-se a incursão e instalação de várias indústrias nacionais e multinacionais no território nacional, que poderiam gerar uma série de problemas ambientais. Com isso, alguns grupos e organizações de pessoas incomodadas com as questões ambientais começam a se organizar, como a fundação da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no ano de 1955, no Rio Grande do Sul, e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada no ano 1958, no Rio de Janeiro (CARLOS, 2009).

Nesse ínterim, o ambientalismo brasileiro permanecia debatendo problemáticas ambientais como a preservação natural, combate à poluição, deixando de lado as questões sociais e políticas (pobreza, justiça, justiça ambiental, por exemplo). Como consequências desse contexto estão as práticas ingênuas e descontextualizadas, com meio ambiente e sociedade apartados dos contextos da educação de modo geral (TRISTÃO; JACOBI, 2010).

Para Loureiro (2012), é importante mencionar que o debate ambiental no Brasil se estabelece na década de 1970, em plena ditadura militar, em razão de pressões internacionais, na qual os movimentos sociais e ambientais resistiam frente ao governo militar instalado. Esse governo, de proposta desenvolvimentista a qualquer custo, deixou sequelas sociais e ambientais, com projetos mau planejados e de gerência duvidosa como: Transamazônica (BR-230); Transpantaneira; Angras I e II; hidrelétricas Tucuruí, Ilha Solteira, Jupia, Itaipu e outros.

Ainda na década de 1970, constatou-se entre as agências ambientais ligadas ao Estado e algumas entidades ambientais não governamentais pontos convergentes e divergentes a respeito das políticas ambientais no Brasil. O principal ponto de divergência era o de que as agências ambientais estatais teriam como foco principal o cuidado com a poluição industrial; as entidades ambientais não-governamentais, por sua vez, com a preservação de ecossistemas. O principal ponto de convergência entre elas era que havia profissionais colaboradores em comum para o funcionamento de alguns pontos das políticas ambientais (CARLOS, 2009).

No tocante à educação, em comparação a outros países, no Brasil, a Educação Ambiental se fez tardiamente, embora em ação governamental promovida pela já extinta SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) tenham sido realizados cursos de ecologia para profissionais do ensino fundamental, entre 1986 e 1990, em conjunto com

a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), UnB (Universidade de Brasília) e Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Foi o primeiro curso de especialização em Educação Ambiental (LOUREIRO, 2012).

Um outro marco importante ocorreu quando o Conselho Federal de Educação definiu, em 1987, por meio do parecer 226, a Educação Ambiental de caráter interdisciplinar, apesar de as secretarias estaduais e municipais de educação darem continuidade à discussão sobre tê-la ou não como disciplina específica na educação básica em vários Estados (MMA, 1987).

Em seguida, o Brasil vive um momento de aumento da participação popular no que diz respeito às questões ambientais e outras temáticas sociais, embora tenha-se visto a inserção da Educação Ambiental em setores do governo brasileiro e no meio científico ainda atrelada à conservação dos bens naturais:

Os anos 80 no Brasil foram os anos da “abertura” que se seguiu ao fim do regime militar, onde se destaca o movimento pelas “diretas já” em 1984. É uma década de esperança onde se aposta na reconquista dos direitos civis e políticos e no avanço dos direitos sociais, uma luta que deu o tom ao processo Constituinte. Os novos movimentos sociais reforçaram, nesse contexto de abertura e “empoderamento” da sociedade civil, a ampliação da esfera pública. Com a inclusão, no rol das lutas sociais, de uma série de “novos direitos” - direito ao meio ambiente, direito das mulheres, direito a livre escolha sexual, direito a informação, entre outros [...] (CARVALHO, 2001, p. 47).

A luta desse movimento torna-se concreta com a Constituição de 1988, que traz no Capítulo VI, Artigo 255 sobre o meio ambiente, o qual preceitua:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, [s.p.]).

No desenrolar das décadas de 1980 e 1990 um avanço da “consciência ambiental” foi percebido e, por conseguinte, a Educação Ambiental tornou-se mais divulgada. Tem-se também um progresso na definição de políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental (Quadro 2):

**Quadro 2.** Principais políticas públicas para a educação ambiental no Brasil (décadas de 1980-1990)

1981	Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.
1988	Inclusão da Educação Ambiental como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição.

1989	Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89), apoio aos projetos de Educação Ambiental.
1992	Criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PronEA) pelo MEC e MMA.
1995	Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental do CONAMA.
1997	Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que "Meio Ambiente" é incluído como um dos Temas Transversais.
1999	Aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental pela lei nº 9.795/99, e a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental no MEC e a Diretoria de Educação Ambiental no MMA.
Marcos Legais da Educação Ambiental: - Lei nº 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.795/99 Política Nacional de Educação Ambiental	

Fonte: CARVALHO, 2012

Nesse momento histórico, porém, o governo brasileiro adotou uma orientação política voltada ao capital internacional, de base ideológica preconizada pelo FMI e pelo Banco Mundial, servindo, inclusive de base orientadora em documentos resultantes das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU). Documentos estes que não são populares e muito menos democráticos (LOUREIRO, 2012).

Outra questão importante da história da Educação Ambiental no Brasil refere-se aos primeiros livros, dissertações de mestrado e monografias de especialização sobre Educação Ambiental que surgiram no país a partir do final da primeira metade dos anos 1980 (REIGOTA, 1998). Nos anos de 1990 houve um considerável aumento de teses, dissertações e monografias e também aconteceram os primeiros encontros nacionais de Educação Ambiental realizados no Estado de São Paulo (I, II e III Fóruns de Educação Ambiental), agrupando um grande número de participantes, além dos simpósios regionais e locais ocorridos no território do Brasil.

A movimentação na década de 1990 foi também provocada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (20 anos após a Declaração de Estocolmo), conhecida como Eco 92, Cúpula da Terra ou Rio 92. A Conferência teve como principal objetivo obter, através de negociações, a redução na concentração de gases estufa na atmosfera, limitando a interferência do homem nos sistemas climáticos.

Durante a conferência foram produzidos alguns documentos oficiais importantes:

- Três convenções:

A Convenção sobre Diversidade Biológica, tratando da proteção da biodiversidade;

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, tratando da redução da desertificação;

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tratando das mudanças climáticas globais;

- A Carta da Terra;
- A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- A Declaração de Princípios sobre Florestas;
- A Agenda 21.

Paralelamente à Rio 92, outro evento não governamental significativo para Educação Ambiental ocorreu por meio do Fórum Global das Organizações Não Governamentais. Nesse fórum estavam reunidas pessoas e entidades que não se sentiam representadas no evento realizado pelas Nações Unidas<sup>3</sup>. Neste Fórum Global foi formulado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, cuja importância foi a de definir o marco político para o projeto pedagógico de Educação Ambiental para fortalecer as diferentes ações, atividades, programas e políticas educacionais (CARVALHO, 2012). Nesse momento, Paulo Freire fora escolhido como representante da Educação Ambiental (CAMPELO JUNIOR, 2015)<sup>4</sup>.

Adiante, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Tema Transversal Meio Ambiente e Saúde, publicado em 1997, outras ações e eventos relevantes ocorreram entre os anos de 2003 a 2010, durante o governo do ex-presidente Lula. No entanto, a gestão desse governo foi considerada “controversa”, no que diz respeito às questões ambientais, sendo alvo de críticas como a do professor e pesquisador Marcos Reigota (2008, p. 61) que aponta:

A perspectiva da cidadania tem importância fundamental na educação ambiental brasileira, no entanto desde o início do primeiro governo Lula, uma série de acontecimentos, decisões políticas, eventos, seminários e documentos foram no sentido contrário ao que tem sido construído desde o final dos anos 1970.

---

<sup>3</sup> Um fenômeno social muito comum que vem acontecendo é o sentimento de não representação popular nos grandes eventos nacionais e internacionais governamentais e não governamentais. Isso vem provocando a formação de eventos paralelos aos grandes. Além do supracitado, temos como exemplo o Fórum Econômico Mundial (Davos, Suíça) x Fórum Social Mundial (Itinerante) e o Fórum Mundial da Água (última edição Brasil) x Fórum Alternativo Mundial da Água.

<sup>4</sup> Em 1992, na ECO-92, no Rio de Janeiro, durante a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Paulo Freire foi escolhido para ser representante da Educação Ambiental no Brasil.

Segundo Reigota (2008), cria-se então um “mal-estar” entre alguns militantes e alguns pesquisadores. De um lado alguns viam uma possibilidade de pôr em prática seus trabalhos com subsídios do Estado pela interação junto ao governo federal e, do outro lado, dissidentes com posição contrária ao que estava acontecendo. O autor ainda aponta veementemente a relação entre o governo:

As relações promíscuas, no e em volta do poder federal, se manifestaram, por exemplo, na difusão de uma versão da história e dos fundamentos da educação ambiental que elimina a diversidade e as contribuições ao movimento e a área, dos(das) militantes, professores(as) e pesquisadores(as) dissidentes [Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - OGPRONEA] (REIGOTA, 2008, p. 62).

Algumas decisões do então governo do Partido dos Trabalhadores (PT) incomodaram, como a liberação de produção, exportação e comercialização da soja transgênica, a tentativa de conclusão da usina nuclear Angra III, a transposição do rio São Francisco, aprovação da lei n. 4.776/2005<sup>5</sup>, a aprovação da alteração do Código Florestal e outras medidas que, do ponto de vista ambiental, foram descompromissadas com esse ideal. Todavia, cabe lembrar que esses críticos permaneceram descontentes com o governo que perduraria por mais 6 anos com a ex-presidente Dilma Rousseff e que após o golpe culminaria com a então gestão do presidente Michel Temer até o fim de 2018.

Após 20 anos da Rio 92 foi organizado pela ONU no Rio de Janeiro. Denominado Rio +20, desenvolvido em junho de 2012, que culminou com uma declaração de 49 páginas assinada pelos 188 países participantes, intitulada *O Futuro que Queremos* (VELASCO, 2013). O evento avaliou os avanços diante dos tratados assinados pelos chefes de Estado durante a Rio 92 e constatou resultados nada animadores sobre a proteção do ambiente, pois grande parte das propostas não se concretizaram. Além disso, o documento *O Futuro que Queremos*, resultado do evento, não enfatizou os enfoques humanista, holístico, democrático e participativo, o que motivou críticas dos educadores ambientais. Nesse sentido, Velasco (2013, p. 98) salienta:

Em segundo lugar, é preciso notar que o documento final da “Rio + 20” na sua parte dedicada à educação, não reivindica-reafirma todos os princípios filosófico pedagógicos da educação ambiental que foram construídos no âmbito das conferências patrocinadas pela ONU desde a realizada em Estocolmo em 1977, e que foram aproveitados na lei brasileira de Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), aprovada em 1999.

---

<sup>5</sup> A Lei número 4.776/2005 que regulamenta a exploração da madeira na Amazônia, tratando como concessão florestal a retirada de madeira em unidades de manejo por empresas interessadas por meio de editais.

Cabe ressaltar ainda algumas questões da Educação Ambiental, em sua relação com os movimentos sociais no Brasil ocorridas nos anos de 80 e 90 como o diálogo com os movimentos sociais urbanos e outros movimentos populares de um modo geral e com a Igreja da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CARVALHO, 2012). A autora menciona ainda que, num primeiro momento (1980) a temática ambiental não agradou aos movimentos populares e sindicais, que a viam como exógena, fora do contexto da luta das classes populares. Contudo, houve um exemplo simbólico de aproximação por meio do seringueiro Chico Mendes, que aliava os problemas sociais enfrentados pelos seringueiros na Amazônia, com a preservação de seus territórios.

Para Loureiro (2012) o ambientalismo brasileiro nasce como movimento e aos poucos se aproxima dos movimentos sociais consolidados pelas lutas do direito do trabalhador e fundamentados na crítica da relação capital-trabalho. Houve também uma aproximação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em Fóruns de Movimentos Sociais com as ONGs nos debates preparatórios para a Eco 92.

A pesquisadora Isabel de Carvalho colabora:

A formação de um campo ambiental no Brasil resulta da articulação de diferentes forças sociais. Nesta trama de processos e atores, a participação dos grupos e movimentos organizados da sociedade civil parece ser uma força protagônica na demarcação do ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via das lutas sociais pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse; e mais recentemente ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas (CARVALHO, 2001, p. 47).

Entende-se que o campo ambiental é pensado e alicerçado no campo social, sendo por isso considerado um erro pensar em ambos os campos dissociados, tanto que, a partir dos anos 2000, muitos educadores, pesquisadores, militantes populares e ambientalistas passaram a trabalhar juntos.

### **A antipolítica de desestruturação da Educação Ambiental e do meio ambiente do governo Bolsonaro (2019-2022)**

No que diz respeito à relação de poder no Brasil nos campos da política, economia e das instituições, a tendência hegemônica de dominação é das classes mais abastadas, que exercem poder político e econômico para contrapor os movimentos sociais em geral, o que inclui os movimentos ambientais. Logo, conclui-se que não há como efetivar uma conquista ambiental sem a crítica ao capital e a forma predadora que assume em relação ao trabalho humano e a sua relação com a natureza, de forma espoliadora.

Como exemplo do alcance da relação de poder em um campo de disputa entre classes, faz-se mister relembrar o grave caso ocorrido em 2017 com um pesquisador da Educação Ambiental e também professor da Universidade de São Paulo (USP). O professor Marcos Sorrentino foi intimado a responder a uma sindicância por realizar uma atividade, a intitulada Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária (JURA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em abril de 2017. Nas palavras do professor, “A escola serve majoritariamente a essas grandes empresas que trazem recursos a laboratórios, e quando há um conjunto de professores ou estudantes que se comprometem com a agricultura familiar ou com agricultores acampados, vem esta triagem dizendo que não poderíamos usar o gramado para oficina”<sup>6</sup>.

Em primeiro de janeiro de 2019 teve início a gestão do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, que em sua primeira semana ocupando o cargo iniciou mudanças profundas no meio ambiente e a educação do país:

1. Segundo o Diário Oficial da União do dia 01 de janeiro de 2019, transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a responsabilidade de identificar, delimitar e fazer as demarcações de terras indígenas e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade da regularização de terras quilombolas para um Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de interesses antagônicos aos propósitos da criação da FUNAI. A mudança provoca estagnação nos processos de demarcação e regularização desses povos vulnerabilizados pelo agronegócio fortemente representado no governo e pela bancada ruralista na câmara dos deputados.

2. A Medida Provisória N. 870, de 1º de janeiro de 2019, extingue o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O conselho desempenhava a função de espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Promovia a realização progressiva e efetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada a toda a população e ainda respondia pela implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa de Aquisição de Alimentos, que possibilitava as compras institucionais de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar e órgãos públicos.

---

<sup>6</sup> Entrevista disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/13/professor-intimado-pela-usp-ha-triagem-ideologica-na-universidade-brasileira/>. Acesso em: 10 ago. de 2019.

3. Em uma solenidade de formatura de cadetes aspirantes a oficial do Exército, o então presidente eleito anunciou rever o regime de multas do Ibama e ICMBio por crimes ambientais, de forma a abrandá-las. De fato, aconteceu.

4. Reestruturação ministerial com o Decreto 9.672/2019 que coloca a Educação Ambiental restrita à atuação de uma Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente e, com o Decreto 9.665/2019, criou-se uma nova estrutura organizacional do Ministério da Educação, subordinando a Educação Ambiental à Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica. Em ambas as pastas perdem seus ambientes e passam a ser subordinadas a outras diretorias, diminuindo espaço, visibilidade e consequentemente possibilidades de verbas diretas. Essa reestruturação que fragilizou as políticas públicas de Educação Ambiental que foram construídas pelo movimento ambiental no Brasil ao longo de 30 anos foi denunciada em uma carta aberta assinada por pesquisadores e educadores da área que apontaram:

Um grave desmonte, reducionista de uma dimensão educativa considerada na atualidade pela sociedade brasileira, assim como pela comunidade internacional, como fundamental para o enfrentamento da grave crise socioambiental. As medidas do Executivo provocam mudanças estruturais que impedem e dificultam o cumprimento das leis que garantem a educação ambiental como uma política pública do Estado brasileiro, assim como desconhecem todo o processo que construiu e consolidou a educação ambiental no Brasil (ANPEd, 2019, p. 02).

5. Um dos primeiros ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez prometeu combater o que chamou de “marxização cultural” da educação brasileira, ou seja, o uso de referenciais teóricos de base marxista. No plano de educação do presidente eleito é citado que Paulo Freire deve ser “expurgado da educação”. Vale ainda ressaltar as sucessivas trocas de ministros nesta pasta: Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga.

6. Na pasta do Meio Ambiente, Ricardo Salles propôs rever os critérios da criação das Unidades de Conservação do território brasileiro por meio de alterações na lei que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mudanças, que na contramão de várias organizações mundiais, ferem os compromissos internacionais em que o Brasil é signatário.

7. Bolsonaro determinou um corte de R\$ 3,23 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC) de 2022, uma medida que atinge todos os órgãos ligados à pasta, como institutos e universidades federais, que sofrerão um corte de mais de R\$ 1 bilhão,

segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

8. No ano de 2022, foram liberados 652 tipos de agrotóxicos no Brasil. Ao todo, Governo Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos entre 2019 e 2022. Um número recorde na história do país.

Somente nesses itens supracitados verifica-se a fragilização a que foram submetidas as áreas da educação e do meio ambiente. E em meio a tudo isto se verifica a dilaceração de corpos vulneráveis como os dos povos tradicionais, povos originários, homens e mulheres negras, famílias compostas por agricultores familiares, população LGBTQIAP+ e outros.

Diante disso, os educadoras e os educadores ambientais percebem a luta desleal a que são submetidos, porém importante que impediu em alguma medida que a “boiada não passasse”<sup>7</sup> por completa!

### **Considerações Finais**

O período histórico que caracterizou a trajetória da Educação Ambiental firma, sobretudo na comunidade acadêmica, a concepção de uma proposta de educação que se caracteriza como práxis educativa e social (LOUREIRO, 2012), portanto, de atuação coletiva, lúcida, responsável voltada à mobilização de processos de intervenção sobre a realidade social.

Em meio ao processo histórico da Educação Ambiental aconteceram muitos debates seja no campo ambiental prático como no acadêmico antes da mesma vir a se institucionalizar no Brasil.

Destarte, no contexto mundial, como no contexto nacional, que explicita movimentos sociais e ambientais impulsionados por uma crise na sociedade, marcada pela degradação da natureza, ameaças e riscos socioambientais locais e globais, existe um desenrolar em que a Educação Ambiental se construiu a partir de enfrentamentos e ocupação de espaços nas mais diversas discussões.

---

<sup>7</sup> Parte da frase proferida pelo então ministro do Meio Ambiente em reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020. Ele considerou o momento da pandemia da Covid-19 como uma oportunidade para mudanças de regras ligadas à proteção ambiental e à área da agricultura sem chamar atenção dos órgãos jurídicos regulatórios.

---

### ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE ENVIRONMENTALIST MOVEMENT: HISTORICAL MILESTONES IN BRAZIL

**Abstract:** The research work brings reflections on the Brazilian environmentalist movement and Environmental Education, through the historical trajectory that delineated the field of Environmental Education in Brazil until the present day. In this way, it is evident throughout the course of the world history of environmentalism that environmental activists have been waging incessant struggles that are the result of a crisis caused by the capitalist system. Therefore, it is from the 1970s that Environmental Education is conceptualized and becomes part of government proposals in several countries, especially in Brazil, with the institution of legislation and specific programs. However, in the years of former president Jair Messias Bolsonaro's administration, the country underwent major political setbacks that vehemently affected socio-environmental issues.

Keywords: Environmentalism. Environment. Education.

---

### EDUCACIÓN AMBIENTAL Y MOVIMIENTO AMBIENTALISTA: HITOS HISTÓRICOS EN BRASIL

**Resumen:** El trabajo de investigación trae reflexiones sobre el movimiento ambientalista brasileño y la Educación Ambiental, a través de la trayectoria histórica que delineó el campo de la Educación Ambiental en Brasil hasta la actualidad. De esta forma, se evidencia a lo largo de la historia mundial del ambientalismo que los activistas ambientales han venido librando luchas incesantes que son el resultado de una crisis provocada por el sistema capitalista. Por lo tanto, es a partir de la década de 1970 que la Educación Ambiental se conceptualiza y pasa a formar parte de las propuestas gubernamentales en varios países, especialmente en Brasil, con la institución de legislación y programas específicos. Sin embargo, en los años de la administración del expresidente Jair Messias Bolsonaro, el país atravesó importantes reveses políticos que afectaron con vehemencia las cuestiones socioambientales.

**Palabras Clave:** Ambientalismo. Medio ambiente. Educación.

---

### Referências

ANPEd. **Nota da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental para os Senhores Presidente da República, Ministros da Educação e Meio Ambiente, para a Sociedade Brasileira e a Comunidade Internacional**, 15 jan. 2019.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 1988.

CAMPELO JUNIOR, M. V. **Educação Ambiental Dialógica: uma proposta de sequência didática com o uso de imagens orbitais**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências), Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2015.

CARLOS, R. **Processo de implantação da Política de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul na Rede Estadual de Ensino de Campo Grande (1999-2006)**. 2009. 138p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Guaia, 2010.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Revista Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p.46-56, 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Isabel\\_Carvalho17/publication/279685917\\_Educacao\\_Ambiental\\_e\\_Movimentos\\_Sociais\\_elementos\\_para\\_uma\\_historia\\_politica\\_do\\_campo\\_ambiental/links/56b7b6d708ae5ad3605dd7e6/Educacao-Ambiental-e-Movimentos-Sociais-elementos-para-uma-historia-politica-do-campo-ambiental.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Isabel_Carvalho17/publication/279685917_Educacao_Ambiental_e_Movimentos_Sociais_elementos_para_uma_historia_politica_do_campo_ambiental/links/56b7b6d708ae5ad3605dd7e6/Educacao-Ambiental-e-Movimentos-Sociais-elementos-para-uma-historia-politica-do-campo-ambiental.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2022.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Gestão participativa em unidades de conservação (Programa Petrobras)**. Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em:<[https://ibase.br/userimages/ap\\_ibase\\_gestao\\_01c.pdf](https://ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Parecer nº 226 de 1987**. Em relação à necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1o e 2o Graus. Brasília, DF: MEC, 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/15-educacaoambiental?start=112>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**, 1 jun. 1972, Estocolmo. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2167.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PEREIRA, C. A. **O que é contracultura**, 1986.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais: uma avaliação crítica**. 1996, 140 f. Dissertação (Mestrado) – UFPR, 1996. 138p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

REIGOTA, M. A. S. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. SPE, p. 61-69, 2008. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822008000400009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822008000400009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 set. 2022.

REIGOTA, M. A. S. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BRACÉLOS, V.H.L. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

REIGOTA, M. A. S. Fragmentos do discurso da morte atômica. In GREINER, C; AMORIM, C. (Orgs). **Leituras da morte**. São Paulo: Annablume, 2007.

REIGOTA, M. A. S. **O que é educação ambiental**. Coleção Primeiros Passos, 292. São Paulo: Brasiliense, 2010.

TALAMONI, A. C. B.; COSTA, W. C. P.; PINHEIRO, H. M. S.; PINHEIRO, M. A. A. Histórico da Educação Ambiental e sua relevância na preservação dos manguezais brasileiros. In: Pinheiro, M.A.A.; TALAMONI, A.C.B. (Org.). **Educação ambiental sobre manguezais**. 1ed. São Vicente: Instituto de Biociências do Campus do Litoral Paulista, 2018, v. 1, p. 57-73.

TRISTÃO, M.; JACOBI, P. R. (org.) **Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

UNESCO. **Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria**. Chosica. 1976.

UNESCO. **The biosphere conference, 25 years later**. Paris, 1993.

VELASCO, S. L. Anotações sobre a “Rio + 20” e a educação ambiental ecomunitarista. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 93-109, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/3442-9637-1-PB.pdf> Acesso em: 18 jan. 2023.

---

#### SOBRE OS AUTORES

**Marcos Vinicius Campelo Junior** é doutor em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

**Suzete Rosana de Castro Wiziack** é doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

---

Recebido em 31/03/2023

Aceito em 13/06/2023